

1 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2 SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE

3 CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

4 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
5 **DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

6 Aos vinte dias de março de dois mil e dezoito, deu-se início às dez horas e trinta e dois  
7 minutos a Reunião do Conselho Estadual de Saúde (CES-RJ), na Rua México, número  
8 cento e vinte e oito, décimo primeiro andar, no auditório. Presentes os Senhores  
9 Conselheiros Maurício Carlos Araujo Ribeiro (SES/RJ) – suplente da presidência,  
10 Patricia Sant'Anna (SES/RJ), Dulcemary da Silva Serra (SES/RJ), Miroval Santos de  
11 Souza (SES/RJ), Daniel Coelho Nascimento (SES/RJ), Celso Vergne (SES/RJ),  
12 Rosaura Rocha Lima (FEMERJ), Francinete da Conceição A. Carmo (SASERJ),  
13 Denise Resende Sanches (SINDENFRJ), Rosa Domeni dos Santos (SINMED), Maria  
14 de Fatima Barreira Belerique (SINFERJ), Andrea Longo Hummel (CREFONO), Newton  
15 Dias Lourenço (CRBIO), Renata Campos Velasque (CREFITO), Luciene Abreu Santos  
16 (CREFITO), Alexandre Vasilenskias Gil (CRP), Mara Christina Martins Freire (CRN),  
17 Monica Simone Pereira Olivar (CRESS), Antonio Ricardo Borges Olival (CRO-RJ),  
18 Solange Gonçalves Belchior (ABEN), Marcio Berman (ASSERVISA), Everaldo T. do  
19 Nascimento Filho (ADRETERJ), Roque Pereira da Silva (AMORVIT), Cosme Francisco  
20 Toscano (AMORVIT), Zaira Vanea Gomes da Silva (AFARJ), Marcellus Cesar Gomes  
21 Brito (AFARJ), Elias José da Silva (ATPBSF), Theodoro Bento da Silva (ATPBSF),  
22 Gabrielle Gomes Parajára (Anjo da Guarda), Luiza de Fatima Dantas (CUT/RJ), Nanci  
23 Rodrigues Santos (UNEGRO), Ludugério Antonio da Silva (FAMERJ), Katia Lopes  
24 Siqueira (FAFERJ), Miguel Jorge Gomes de Oliveira (CMS Seropédica), Maria de  
25 Fatima Gustavo Lopes (CMS Rio de Janeiro), Paulo Filgueiras Tavares (CMS  
26 Mangaratiba), Sandra Brandão da Silva (CMS Arraial do Cabo), Harley Oliveira da Silva  
27 (CMS Miracema), Sebastião Piraí (CMS Macaé), Paulo Roberto de Oliveira (CMS Barra  
28 do Piraí), Fernando Cesar Faria Goulart (CMS São Gonçalo), Marinete de Paula (CMS  
29 Tanguá) e Eliane Santos (CMS Nova Friburgo). Justificam suas ausências as Senhoras  
30 Conselheiras Tereza Cristina A. Fernandes (COSEMS), Étila Elane de Oliveira Ramos  
31 (SINDPSI), Sylvia Helena Daflon Sousa (MORHAN), Mara Dalila Oliveira (CMS Paty do  
32 Alferes) e Luzia Aparecida da Silva Quintino (CMS Volta Redonda). Presente também a  
33 Equipe do CES-RJ de Apoio à Plenária composta por: Flavio Campos da Silva -

34 Secretário Executivo, Marineide Amaral dos Santos, Solange Balieira Monteiro, Marilda  
35 de Souza Borges, Larissa Mendes Lira, Marcella Serpa dos Santos de Araújo, Daniel  
36 Spirin Reynaldo, Ana Paula Gonçalves Rodrigues e Charlene Barbara Jacintho  
37 Fernandes. A coordenadora da Comissão Executiva, Conselheira Solange Gonçalves  
38 Belchior, convidou os representantes dos segmentos para compor a mesa, verificou o  
39 quórum com vinte e seis presentes sendo vinte e três votantes e leu o Ato de  
40 Convocação composto da seguinte forma: I – Verificação de Quórum; II – Leitura e  
41 aprovação do Ato de Convocação; III – Ordem do Dia: I. Apresentação do primeiro,  
42 segundo e terceiro quadrimestres de dois mil e dezessete, II. Vistas dos Conselheiros  
43 Dulcemary da Silva Serra, Miroval Santos Souza, Newton Dias Lourenço, Harley  
44 Oliveira da Silva e Denise Resende Sanches sobre o GT do Teste do Pezinho: Não  
45 renovação do convênio da SES com a APAE, III. Vistas dos Conselheiros Antonio  
46 Ricardo Borges Olival referente a Denúncias feitas à Comissão da I CEVS sobre  
47 manipulação da delegação da BIG à Conferência Nacional, IV. Semana da Saúde dois  
48 mil e dezoito, V. Pauta da Comissão Eleitoral; IV – Informes. As Conselheiras Renata  
49 Campos Velasque e Denise Resende Sanches solicitaram inclusão de pauta sobre o  
50 Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) que foi aprovada com dezessete votos a  
51 favor, nenhum contrário e duas abstenções. A Conselheira Eliane Santos declarou sua  
52 abstenção dizendo não ser contrária a apresentação do plano, mas queria ter tido  
53 acesso aos documentos antes da discussão no Conselho Estadual de Saúde (CES). A  
54 Conselheira Sandra Brandão da Silva, em sua declaração de voto, também disse não  
55 ser contrária ao plano, mas foi da opinião de que precisava de um amplo debate que  
56 não seria esgotado nessa reunião. A Conselheira Sandra Brandão da Silva pediu  
57 inclusão de pauta futura para realização de uma reunião específica do CES com os  
58 Conselhos Municipais de Saúde (CMS) e sua inclusão foi aprovada com vinte votos a  
59 favor, nenhum contrário e uma abstenção. A Conselheira Renata Campos Velasque em  
60 sua declaração de voto disse não ser contrária à discussão, mas foi da opinião de que  
61 tinham outras prioridades a serem discutidas. A Comissão Executiva solicitou inclusão  
62 de pauta para distribuição de vagas para a Plenária Nacional de Conselhos nos dias  
63 quatro e cinco de abril que foi aprovada com dezenove votos a favor, nenhum contrário  
64 e uma abstenção. A discussão foi feita junto à Ordem do Dia da Semana da Saúde. O  
65 Conselheiro Mauricio Carlos Araujo Ribeiro disse ter se absterido, pois a discussão era  
66 grande e não seria esgotada nesta reunião. A Comissão Executiva também solicitou

67 inclusão de pauta para o relatório de prestação de contas do CES do ano de 2017 que  
68 foi aprovada com quinze votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A  
69 Conselheira Solange Gonçalves Belchior informou que a Secretaria Estadual de Saúde  
70 (SES) solicitou suspensão do primeiro ponto de pauta, – Apresentação dos  
71 quadrimestres - pois estavam finalizando o Relatório Anual de Gestão (RAG) e não  
72 teriam disponibilidade para apresentação. Desta forma, o assunto foi retirado de pauta.  
73 Iniciando a primeira Ordem do Dia, sobre o Grupo de Trabalho (GT) do Teste do  
74 Pezinho, a Conselheira Dulcemary da Silva Serra informou que tinha pedido vistas  
75 anteriormente, pois o contrato teria sido renovado e não adiantava a discussão. O  
76 Conselheiro Newton Dias Lourenço iniciou a apresentação de suas vistas com o intuito  
77 de defender a não renovação do convênio da SES com a Associação de Pais e Amigos  
78 dos Excepcionais (APAE). O documento estará anexo a esta ata. O Conselheiro  
79 Alexandre Vasilenskias Gil se mostrou contrário à renovação do contrato. A Conselheira  
80 Katia Lopes Siqueira propôs que a situação fosse encaminhada ao Ministério Público.  
81 O Conselheiro Mauricio Carlos Araujo Ribeiro disse que a contratação da APAE se deu  
82 por dificuldades administrativas anteriores com o Instituto Estadual de Diabetes e  
83 Endocrinologia (IEDE), esclareceu que quando um processo como esses passava por  
84 ele nunca era com a intenção de matar pessoas e disse que se o Conselho tivesse  
85 uma opção melhor do que a contratação da APAE que definissem e colocassem a  
86 responsabilidade sobre suas cabeças. A Conselheira Mara Christina Martins Freire  
87 propôs que o convênio com a APAE fosse suspenso e retornasse ao IEDE, com tempo  
88 hábil para reestruturação do IEDE. Outra proposta foi por processo licitatório por ser da  
89 opinião de que a responsabilidade do exame não era obrigatoriamente de apenas uma  
90 instituição. A Conselheira Zaira Vanea Gomes da Costa agradeceu a presença das  
91 associações que participam do GT do Teste do Pezinho, disse querer chamar atenção  
92 do pleno para que diferenciasse a APAE instituição que tratava das crianças com  
93 deficiência da empresa e OSS APAE. Disse ter se surpreendido na reunião passada  
94 com o pedido de vistas, pois era o último dia para renovação do contrato, contrato esse  
95 que não teria passado pelo CES. Comunicou que tem recebido denúncias que a APAE  
96 não tem cumprido com o descrito no contrato e perguntou o que seria feito com as  
97 crianças que foram lesadas. Informou que o Ministério da Saúde solicitou que fosse  
98 convidado pelo CES para discutir a triagem Neonatal no Rio de Janeiro. Propôs que  
99 fosse suspenso o convênio da SES com a APAE e que o IEDE e o Instituto Vital Brazil

100 (IVB) fossem estruturados pela SES antes da suspensão, para evitar a descontinuidade  
101 do exame, com prazo até o término do mandato do CES. O Sr. Ronaldo Lopes, da Safe  
102 Brasil, foi da opinião de que além da suspensão, precisavam punir a APAE, pois até o  
103 momento ainda havia crianças sem resultados, quando a instituição teria apresentado  
104 relatório em que todos os exames teriam sido feitos. A Conselheira Solange Gonçalves  
105 Belchior foi da opinião de que deveriam advertir o Secretário Estadual de Saúde por ter  
106 renovado o contrato com a APAE sem ter passado pelo CES. O encaminhamento feito  
107 pelo GT, através da coordenadora do grupo, Conselheira Zaira Vanea Gomes da  
108 Costa, foi o de suspender o contrato com a APAE, estruturar o IEDE e IVB antes dessa  
109 suspensão, que a APAE continuasse sob a fiscalização do CES e que as famílias  
110 lesadas fossem assistidas pela SES. O encaminhamento foi aprovado com dezenove  
111 votos a favor, dois contrários e três abstenções. Foi iniciado o assunto sobre denúncias  
112 feitas à Comissão da CEVS sobre manipulação das vagas da Baía da Ilha Grande. O  
113 Conselheiro Antonio Ricardo Borges Olival iniciou a leitura das suas vistas. O  
114 documento estará anexo a esta ata. O Conselheiro Paulo Filgueiras Tavares leu um  
115 documento sobre o seu posicionamento e este estará anexo a esta ata. A Conselheira  
116 Eliane Santos falou em nome da Infraestrutura da Comissão da Conferência Estadual  
117 de Vigilância em Saúde (CEVS). Esclareceu que qualquer ação que envolvesse os  
118 municípios, o responsável era o articulador da região. Por conta de mudança de datas  
119 da Conferência Nacional de Vigilância em Saúde ela mesma teria afirmado que o nome  
120 da Sr.<sup>a</sup> Cristina estava na lista dos delegados da Baía da Ilha Grande (BIG) no primeiro  
121 momento, mas na segunda lista não estava mais. A infraestrutura entrou em contato  
122 com o articulador da BIG, Sr. Paulo Roberto Tavares, para que enviasse os delegados  
123 e o mesmo entregou apenas dois nomes. Foi da opinião de que se houve algum  
124 problema na região a questão deveria ter sido resolvida na região, ao invés de envolver  
125 nomes de outras pessoas. A Conselheira Nanci Rodrigues Santos se dirigindo a  
126 Conselheira Mara Christina Martins Freire disse não ter havido nenhuma manipulação  
127 de vagas e disse ter se sentido constrangida com a acusação. A conselheira Mara  
128 Christina Martins Freire quis deixar claro que não imaginaria que uma escrita no grupo  
129 do *Whatsapp* resultaria em uma denúncia, disse ser trabalhadora do SUS há vinte e  
130 sete anos, ter segurança no que faz, além de defender os direitos humanos. Disse a  
131 todos que diante de todas as dificuldades sempre defendeu as vagas da BIG,  
132 principalmente da Dr.<sup>a</sup> Cristina Moraes, que mesmo diante da mudança de datas, foi a

133 única que manteve a agenda para estar na Conferência Nacional. Desculpou-se com a  
134 Conselheira Eliane Santos, com toda a Comissão da CEVS e disse se sentir  
135 humilhada. Falou que não recebeu a cópia da denúncia e pediu ao pleno que  
136 encerrasse essa questão em respeito ao seu trabalho no SUS. Disse não ser a primeira  
137 vez que o Conselheiro Miguel Jorge Gomes de Oliveira a coloca nessa situação.  
138 Solicitou recebimento da denúncia e a vista do Conselheiro Antonio Ricardo Borges  
139 Olival para que pudesse entregar algo por escrito, caso a situação prosseguisse. A  
140 mesa encaminhou que o assunto fosse encerrado após o pedido de desculpas da  
141 Conselheira. Em regime de votação, onze votaram a favor e onze foram contrários.  
142 Desta forma, a coordenadora da mesa, em voto de minerva, encerrou a discussão. O  
143 pleno pediu que o Coordenador da Comissão Executiva e a Sr.<sup>a</sup> Cristina tivessem suas  
144 falas. A Dr.<sup>a</sup> Cristina Moraes acusou o articulador da região da BIG, Conselheiro Paulo  
145 Filgueiras Tavares, de racista, sexista e de ter tirado sua vaga na Conferência. Foi da  
146 opinião de que sua vaga foi retirada por ser negra e mulher. O Conselheiro Miguel  
147 Jorge Gomes de Oliveira, Coordenador da Comissão da I CEVS, começou dizendo que  
148 a todo momento a comissão cumpriu o Regimento e levou ao Pleno para ciência. A  
149 Comissão teria acatado as vagas que foram enviadas pelo articulador e o mesmo teria  
150 informado apenas dois delegados. Informou que a Comissão faria documento sobre  
151 esta discussão. O assunto foi encerrado, conforme votado. Iniciando o próximo ponto  
152 de pauta sobre a Semana da Saúde, as Conselheiras Nanci Rodrigues Santos e  
153 Sandra Brandão da Silva fizeram suas falas iniciais. A Conselheira Sandra Brandão da  
154 Silva propôs que a Semana da Saúde se iniciasse no dia seis de abril. O Conselheiro  
155 Miguel Jorge de Oliveira, Coordenador da Comissão de Educação Permanente, leu a  
156 distribuição de vagas composta da seguinte forma: Capital – quatro, CES – quatro,  
157 Baía da Ilha Grande – quatro, Centro-Sul – quatro, Baixada Litorânea – oito, Médio  
158 Paraíba – oito, Metropolitana I – doze, Metropolitana II – oito, Norte – oito, Noroeste –  
159 oito e Região Serrana – doze. Informou que os custos serão por conta do Município. O  
160 Conselheiro Paulo Roberto de Oliveira disse que o CMS de Barra do Piraí recebeu o  
161 comunicado do evento pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) que dizia que cada  
162 município teria quatro vagas, mas agora não tinha sido feita essa distribuição. O  
163 Conselheiro Alexandre Vasilenskaskas Gil questionou a capital estar destacada como  
164 região de saúde quando ela não é. O Conselheiro Miguel Jorge Gomes de Oliveira  
165 disse que por vezes o CNS ultrapassa os CES e acabam passando informações

166 erradas. Esclareceu ao Conselheiro Alexandre Vasilenskas Gil que se o critério fosse  
167 populacional o Rio de Janeiro teria mais da metade das vagas e a definição foi feita  
168 desta forma para contemplar todas as regiões. O Conselheiro Alexandre Vasilenskas  
169 Gil propôs que a capital fosse incluída na região Metropolitana I e fosse levado em  
170 consideração o número de habitantes por região e não por quantidade de municípios,  
171 para não gerar discrepância. A distribuição elaborada pela Comissão de Educação  
172 Permanente ganhou doze votos, o encaminhamento do Conselheiros Alexandre  
173 Vasilenskas Gil ganhou seis votos e três pessoas se abstiveram. A proposta da  
174 Conselheira Sandra Brandão da Silva para que a Semana de Saúde se iniciasse no dia  
175 seis de abril foi aprovada com dezesseis votos a favor, nenhum voto contrário e  
176 nenhuma abstenção. A Conselheira Katia Lopes Siqueira iniciou o ponto de pauta da  
177 Comissão Eleitoral dizendo que a Comissão precisou fazer alterações para elaborar o  
178 cronograma do processo eleitoral. A Conselheira Rosa Domeni leu a proposta de  
179 Regimento Eleitoral elaborada pela Comissão. Após discussão quanto a mudança do  
180 regimento, pedidos e retirada de pedidos de destaque, o documento foi votado. Em  
181 regime de votação, a votação do regimento foi aprovada com dezenove votos a favor,  
182 nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em regime de votação, o Regimento Eleitoral  
183 foi aprovado com dezenove votos a favor, nenhum contrário e duas abstenções. O  
184 Conselheiro Elias José da Silva em sua declaração de voto disse ter se abstido, pois a  
185 mudança do regimento não estava em pauta. O Conselheiro Paulo Roberto Oliveira  
186 lembrou a todos sobre alguma legislação, que não sabia qual, dizia que não poderiam  
187 ter eleições em ano eleitoral. Foi iniciada a apresentação do PCCS pela Conselheira  
188 Renata Campos Velasque dizendo que precisavam que o CES se posicionasse  
189 politicamente em participar da mesa de negociação e pressionar o Secretário de Saúde  
190 e o Governador para que o segundo assinasse o plano. A Conselheira Denise Resende  
191 Sanches disse que queriam que o conselho aprovasse o plano e fizesse moção de  
192 apoio para que a Lei de Responsabilidade Fiscal não fosse aplicada a saúde. Em  
193 regime de votação, a moção de apoio para tramitação e assinatura do PCCS e o não  
194 cumprimento da lei de responsabilidade fiscal na área da saúde foram aprovadas com  
195 vinte votos a favor, nenhum contrário e uma abstenção. Foi iniciada a discussão sobre  
196 a RAG em que a Comissão de Fiscalização apresentou sua prestação de contas. A  
197 Conselheira Katia Lopes Siqueira disse que na apresentação não havia valores gastos  
198 e recebidos. A Conselheira Solange Gonçalves Belchior informou que até o momento

199 não foi recebida a parte orçamentária. Em regime de votação, a prestação de contas  
200 com a inclusão da observação do não recebimento dos valores, foi aprovada com  
201 dezessete votos, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Os segmentos se reuniram  
202 para indicação dos representantes do CES na Plenária Ampliada de Conselhos. Foram  
203 indicados Miguel Jorge Gomes de Oliveira, Zaira Vanea Gomes da Costa como  
204 titulares e Fernando Cesar Faria Goulart como suplente para representação dos  
205 usuários. Os profissionais de saúde indicados foram Alexandre Vasilenskas Gil como  
206 titular e Mara Christina Martins Freire como suplente. O segmento de gestor fará sua  
207 indicação posteriormente. Sobre a indicação no curso da CGU, a Conselheira Solange  
208 Gonçalves Belchior propôs que os Conselheiros que tivessem interesse em participar,  
209 enviassem sua pretensão por e-mail até segunda-feira e lembrou que deveriam emitir  
210 relatório para recarga de Rio Card e Green Card. Nada mais havendo a tratar, a  
211 Coordenadora da Comissão Executiva encerrou os trabalhos as quatorze horas e trinta  
212 e quatro minutos. Eu, Marcella Serpa dos Santos de Araújo, Assistente Técnico, lavrei  
213 a presente ata.

214

215 Flavio Campos da Silva

216 Secretário Executivo